

## **“BOM DIA BRASIL, BOA NOITE ITÁLIA”: os reflexos coloniais nos processos de construção das travestis.**

**JARDA MARIA DE ANDRADE ARAÚJO** - mariajardadeandrade@gmail.com  
**Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco**

**GABRIEL FAGUNDES BORGES CRUZ** - gabriel\_fagundes@outlook.com  
**Graduando em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco**

**SIMPÓSIO TEMÁTICO 08:** Combinaram Nos Matar, Mas Nós Combinamos Não Morrer: Trocas De Saberes Resistentes.

### **RESUMO:**

O presente artigo propõe-se a entender como a ciência colonial tem rebatimentos no processo de construção das travestilidades, interferindo desde as subjetividades até as experiências de vida em sociedade. Situamos o nosso artigo tendo como base a teoria decolonial. Dentro dos procedimentos metodológicos, o presente artigo se alicerça numa pesquisa documental e bibliográfica, que tem como compromisso utilizar saberes desenvolvidos pela dissidência dos corpos que materializam o confronto com a norma socialmente posta, aqui categorizada enquanto cisgeneridade. Hierarquicamente, serão utilizadas as pesquisas realizadas no campo da travestilidade, expondo o comprometimento dessa pesquisa com a aprendizagem das pluralidades de existência travesti, e tendo o compromisso ético-político com uma escrita não excludente, visando um acesso simples para todas. Concluimos neste artigo, com reflexões gerais construídas ao longo da pesquisa, como esse processo auxilia no enfrentamento da transfobia e travestifobia estrutural fortemente enraizada no contexto brasileiro. Pensamos na relevância do tema de pesquisa para auxiliar na compreensão de como as estruturas violentas motivadoras da travestifobia recaem sobre a qualidade de vida, direito à cidade e acesso às políticas públicas ofertadas à população travesti, assim como as estratégias de resistência que visam a construção de novos horizontes e outras realidades.

**Palavras-chave:** Travestilidades, Colonialidade, Epistemologias, Cisgeneridade, Saberes.

### **ABSTRAT:**

This article aims to understand how colonial science has repercussions in the process of construction of travestilidades, interfering from subjectivities to life experiences in society. We situate our article based on the decolonial theory. Within the methodological procedures, this article is based on documental and bibliographic research, which is committed to using knowledge developed by the dissidence of bodies that materialize the confrontation with the socially established norm, here categorized as cisgender. Hierarchically, research carried out in the field of travestilidades will be used, exposing the commitment of this work to learning the pluralities of travestilidades existence, and having the ethical-political commitment to a non-excluding writing, aiming at simple access for all. We conclude in this article, with general reflections built throughout the research, how this process helps in the confrontation of structural transphobia and travestiphobia that are strongly rooted in the Brazilian context. We think about the relevance of the research theme to help understand how the violent structures that motivate travestiphobia affect the quality of life, the right to the city and access to public policies offered to the travesti population, as well as the resistance strategies aimed at the construction of new horizons and other realities.

**Keywords:** Travestilidades, Coloniality, Epistemologies, Cisgender, Knowledge.

### **INTRODUÇÃO:**

O presente artigo é inspirado no primeiro capítulo da nossa monografia em Serviço Social “TRAVESTI NÃO É BAGUNÇA”: uma análise sobre existências travestis, colonialidade e acesso à saúde”. Apresentado em 2021 na UFPE.

Temos como objetivo fazer uma breve análise de como a colonialidade acaba por interferir nos saberes, conhecimentos, experiências em sociedade e subjetividades, precarizando de forma hegemônica as travestilidades. Iniciamos essa pesquisa sinalizando nosso lugar de partida, ainda enquanto discentes na graduação em Serviço Social

Abarcadas a partir do pensamento crítico possibilitado pelas teorias decoloniais, sinalizamos a construção deste artigo, visando uma melhor tentativa de aproximação de nossa produção em consonância com nossa realidade enquanto sujeitos pertencentes à categoria LGBT. Compreender essas subjetividades e nossos processos de construção

enquanto uma Travesti e um “Trava-aliado” nos permite assimilar e construir um processo crítico adjunto ao arcabouço teórico político ofertado pela graduação em serviço social, a realidade posta dentro do processo de construção dessa pesquisa, e o nosso papel no mesmo, aqui sendo caracterizado como dialético, situado na tarefa de entender as práticas de resistência diante das opressões estruturais.

Dentro da lógica operante na sociedade, é possível observarmos a herança colonial sobre os corpos dissidentes, através de Lugones (2014), quando estes são colocados na perspectiva do “Sistema colonial de gênero” (p. 938), que desumaniza esses corpos, tendo apenas o Europeu cisgênero heterossexual como único modo de existência, demarcando esses corpos colonizados para depois enquadrá-los “numa quimera imperfeita” da normatividade eurocêntrica posta. Neste formato, tende-se a subalternizar a travestilidade e alocar a transexualidade, categoria desenvolvida dentro do sistema, num lugar de maiores acessos. Entretanto, assimilar-se a norma cis-hetero-branca na tentativa de corresponder demandas coloniais, não traz aproximação com a cisgeneridade, todavia, como o outro da cisgeneridade.

Essas observações norteiam nossos pensamentos para a construção desse artigo, onde nosso intuito maior é entendermos como a colonialidade tem recaído e tido impactos no processo de construção das travestilidades. Desde a globalização dos saberes hegemônicos à assimilação direta ou indireta pela população travesti.

### **“A GENTE QUE TEM PRÓTESE SENTE O IMPACTO” – Colonialidade e as repercussões nas travestilidades brasileiras.**

Os encontros com as leituras sobre o sistema moderno colonial de gênero, tal como propõe Maria Lugones (2014), para nós tem funcionado como uma lente que tem permitido o aprofundamento e a teorização de lógicas opressivas da modernidade colonial e a estratégia de criação de dicotomias hierárquicas que fundamentam a <sup>1</sup>lógica categorial, damos início a esse capítulo trabalhando este caminho de análise para conseguirmos pensar como, esse mesmo sistema moderno colonial de gênero tem resultado na precarização de nossos saberes, teorias e práticas travestis, resumindo, de nossas epistemologias. Neste capítulo utilizaremos de saberes desenvolvidos a partir de nosso

---

<sup>1</sup> Maria Lugones entende a lógica categorial moderna como responsável pela construção de categorias em termos homogêneos, atomizados, separáveis, e constituídos dicotomicamente.

contato com <sup>2</sup> autoras como Anibal Quijano, María Lugones, Patricia Hill Collins e Hija de Perra, para tecermos uma análise que se contrapõe, ainda que minimamente, à tentativa de colonização da identidade travesti, como uma das identidades sexo-gênero dissidentes dentre tantas que se localizam ao redor do globo.

Como bem situa, as autoras Maria Lugones, Anibal Quijano, Castro-Goméz e Grosfoguel o processo de constituição histórica da América é atravessado pelas questões de raça e classe, como também de gênero, tidas como aspectos fundamentais para que consigamos enxergar de forma mais nítida os resquícios do colonialismo, e como até a atualidade os seus desdobramentos se fazem presentes. Todas as formas de controle e exploração por parte da Europa para com os povos originários tende a sinalizar um ardiloso momento histórico no qual a desumanização e a desapropriação das identidades, costumes e crenças se fizeram como matéria prima para a manutenção desse projeto de mundo.

Assim, Quijano (2005), Castro- Gómez e Grosfoguel (2007) e Lugones (2014), nos dão ferramentas para analisar e compreender as dicotomias binárias colocadas, do humano/não-humano, racionalidade/bestialidade, ciência/não-ciência, sagrado/profano, colonizadores/colonizados, dominantes/dominados. Quando pensamos então a colonização e como a colonialidade do poder se repercute na América-Latina, vemos as bases e suas concepções centrais que sistematizaram e criaram alicerces para a exploração e opressão desses povos. Este processo se intensifica cada vez mais pelo sistema capitalista, tendo na ciência um alicerce para racializar, dividir em gênero, fazer separações de populações e localidades, criando barreiras, mistificando corpos e realizando um processo de desumanização.

Tem se tornado evidente para nós, que tem havido, e não é de hoje, um fenômeno que intencionalmente coloca a transexualidade de um modo hierárquico em relação à travestilidade, esta última muitas vezes apagada e sendo reduzida/diluída e classificada

---

<sup>2</sup> Walter D. Mignolo (2007), explana sobre a desobediência epistêmica decolonial, de desprender-se da racionalidade moderna e de seus conceitos, para romper com a lógica colonial e eurocentrada de se fazer ciência. Entendemos então, nessa pesquisa, a necessidade de continuar essa desobediência utilizando de saberes para além dos acadêmicos, saberes e as tecnologias de construção popular das próprias travestis. Estará explícito aqui o uso do Pajubá, memes, jargões regionais, como também a predominância do feminino como gênero gramatical que incorpore todas, denotando a movimentação de revolução perante a uma ciência cis-heteronormativa branca eurocentrada.

dentro do campo da transexualidade. Afirmamos isso através das leituras, da produção de saberes na academia, da aproximação com os movimentos sociais, das análises teórico-práticas, sobretudo no que tange à nossa experiência no campo de estágio supervisionado no Espaço de Cuidado e Acolhimento da População Transexual e Travesti do Hospital das Clínicas da UFPE ou “Espaço Trans”.

Tem sido através destas lentes que temos visto a possibilidade de assimilar o processo de precarização e marginalização das travestilidades, assim como a institucionalização da travestifobia no Brasil. Nosso intuito nesta pesquisa não é hierarquizar e diferenciar as duas “categorias”, mas compreender o porquê de uma ser colocada em um lugar de possibilidades e a outra no lugar de decadência. Torna-se evidente que o vício branco cis-heteropatriarcal, como a estratégia colonial de categorização e dicotomia que é intrínseco também à linguagem, tem conseguido ilustrar como a colonialidade dos saberes é gendrada, e que sem entender esse fato, não conseguiríamos dar continuidade a essa discussão.

O Brasil é uma história de sucesso colonial, como bem afirma Grada Kilomba (2020). Logo, é necessário pensar que o mesmo internaliza e reflete hegemonicamente aquilo que se produz fora. Portanto, para compreendermos as árduas lutas do movimento organizado de travestis no Brasil e suas reivindicações, é preciso entender também, o que tem demandado a urgente necessidade de resposta às tentativas de avanço colonial sobre nossas corporalidades travestis.

Você com certeza já deve ter ouvido um dos mitos que circulam por aí, sobre as nossas supostas realidades, fantasiadas e disseminadas pelo olhar cisgênero e branco. A premissa de que travestis roubam, que são garotas de programa, que oferecem riscos à sociedade, que supostamente seriam homens vestidos de mulher... Você já ouviu isso, nós temos certeza! Esse imaginário social parte de um lugar, lugar esse que é estratégico para a manutenção das imagens de controle criadas sobre nossos corpos, imagem essa que por anos tem sido fundamental para a precarização de nossas realidades.

Patricia Hill Collins (2016), quando nos convida a pensar as imagens de controle como sendo centrais para a desumanização de mulheres negras para a exploração de seu trabalho, diz que os estereótipos são uma representação de imagens extremamente definidas e controladoras da condição feminina afro-americana. Collins não está falando diretamente sobre travestis, mas entendemos que há uma coalização político-epistêmica

entre as teorias das mulheres de cor norte-americanas e as epistemologias sexo, gênero e dissidentes não coloniais.

Logo, torna-se urgente a necessidade de pensarmos o porquê das travestilidades serem fortemente assimiladas à transexualidade, e a primeira, no Brasil, estar fortemente atrelada a um processo de precarização intensificado por uma estrutura que permite e agencia a criação de tecnologias de esfacelamento. Provavelmente já te disseram que transexual é a “operada” e a travesti, não. Ou que a travesti é a que não tem problema ou ojeriza ao seu órgão genital, e a transexual, tem. Sabemos que você já ouviu isso, não faz a boba! Existe algo que fundamenta esses pensamentos e a forma como eles conseguiram se globalizar, e a Europa mais uma vez tem dedo nisso!

A ótica colonial-moderno-capitalista-eurocentrada, que permite aos sujeitos branco cis-heterossexuais o lugar de produtores de saberes e ciência, é o alicerce da literatura médica e dos estudos hegemônicos de saúde referentes à transexualidade.

Tais estudos, iniciados na década de 1950 na Europa, como de extrema importância e referência mundial para o que hoje conhecemos hegemonicamente como “transexualidade”, ou “identidade transexual”, termo esse fincado pelo sexólogo alemão Harry Benjamin, presente em várias produções acadêmicas clínico-centradas como o pioneiro no trabalho com a transexualidade. Benjamin pressupôs a transexualidade a partir da cisgeneridade. Os termos cisgênero e transgênero derivam do latim, o Cis significando “do mesmo lado” e o Trans “para além de”. Esse processo possibilitou ao sexólogo alemão o “mérito” de criador desta categoria através de seus conhecimentos médicos direcionados a esta experiência identitária. Entretanto, faz-se necessário questionar quais instrumentos permitiram a sua análise referente às identidades que rompiam com a norma vigente.

Esse processo nos demonstra como sistematicamente as tecnologias coloniais operam no favorecimento e atribuição de méritos aos seus, ainda que essas “descobertas” sejam intrigantes e duvidosas, e consigam ser facilmente tensionadas quando a colonialidade é colocada em xeque. Desta forma, construída a partir de um viés patologizante, categorizada a partir de um sujeito que experiencia uma realidade distinta e determinada a partir de um diagnóstico. Cata a ideia!

A forma como os gêneros foram idealizados produzem normativamente hierarquias que por sua vez intensificam os processos de exclusão. Essas normativas pressupõem que determinadas expressões relativas ao gênero são falsas, de modo que

outras são verdadeiras, naturais e originais, impedindo a possibilidade de socialização dos sujeitos que não se ajustam a essas idealizações.

Logo, os gêneros entendidos como inteligíveis obedecerão à lógica: pênis-homem-masculino *versus* vagina-mulher-feminino. Todos estes, seguidos da heterossexualidade para consonância às diferenças binárias entre os gêneros. Desta forma, onde se localizaria o sujeito transexual visto que esta sequência não teria coerência com sua anatomia e corporalidade? Ou melhor, essa ótica que permite a leitura do corpo cisgênero consegue dar conta das mais variadas formas de expressão de corporalidades outras cujo o conjunto de características desafie a binariedade difundida através dos saberes construídos a partir de uma biologia hegemônica? Sendo assim, como daríamos conta de explicar a experiência de pessoas intersexo cuja a composição de cromossomos permite “biologicamente” um rompimento com a sequência pênis-homem-masc e vagina-mulher-fem?

Não demoraria muito tempo para que pessoas transexuais e travestis entendessem que estes saberes não conseguiam dar conta de forma fidedigna de suas realidades, visto que a experiência se mostrava plural e única para cada uma/um daquela/daquele que a experienciava. Bento (2008) afirma que, nos anos 1990 a comunidade transexual começou a questionar as verdades produzidas pelo saber/poder médico e passou a trazer a público as histórias de vida que divergiam do padrão, até então, tido como ideal para uma/um transexual. Logo, para nós denota-se a falha violenta da tentativa colonial de agrupamento de todos os sujeitos, determinando um padrão comportamental e fenotípico para sua validação. Esse conjunto de características não cabia nas outras realidades que, por sua vez, demonstravam um afastamento da normativa pressuposta.

Assim torna-se nítido que um corpo que ultrapassa as limitações da cisgeneridade, como um pênis atrelado a uma corporalidade lida enquanto feminina - o corpo de uma travesti - rompe com as normativas estabelecidas pelo parâmetro anteriormente citado, logo, não se é permitido uma experiência que fuja dessa sequência, e não nos choca o interesse em desenvolver conhecimentos e “avançadas tecnologias” para patologizar as corporalidades dissidentes, para desta forma pensar os possíveis “processos de cura” - processos esses que determinam uma pressuposta ressocialização, que aqui colocaremos enquanto “ressocialização cisgênera” - para que assim um corpo cuja a conduta fuja do que está estabelecido, possa vivenciar a realidade, e através dos mesmos alimentar o capital, criando novas necessidades e demandas, para que determinado corpo ao

respondê-las, seja fenotipicamente associado ao gênero no qual afirma-se, permitindo uma suposta “assimilação social”, ou que comumente conhecemos como *passabilidade cisgênera*.

Harry Benjamin, com o livro *O fenômeno transexual*, publicado em 1966, foi responsável por fornecer as bases para se diagnosticar o “verdadeiro transexual” a partir de alguns indicadores que irão definir se as pessoas que chegam às clínicas ou aos hospitais solicitando a cirurgia de transgenitalização, equivocadamente colocada como cirurgia de “mudança de sexo”, são “transexuais de verdade”. Ele vai defender a cirurgia como a única alternativa terapêutica possível para as pessoas transexuais. Afirmava que para evitar cometerem suicídio, as cirurgias deveriam ser recomendadas e dizia que para o “transexual de verdade” apenas as cirurgias poderiam representar a solução para as “enfermidades” daqueles que têm abjeção ao corpo.

Nesta perspectiva surgem os grupos médicos mundialmente conhecidos por ofertarem, nos procedimentos de intervenção cirúrgica, o fim das inquietações, desconfortos e disforias, entretanto, cobrando preços exorbitantes e lucrando em cima de nossos “processos de humanização”. Colocamos entre aspas pois não acreditamos que as soluções vendidas contribuam de fato para uma humanização de nosso grupo, visto que a transfobia é uma problemática estrutural derivada da colonialidade. Portanto, a premissa de que parecer cisgênero permitirá uma melhor qualidade de vida não condiz com a realidade na qual vivemos, pois existirão outros pontos que denotarão a nossa condição de pessoa não-cisgênera. Logo, toda ideia de que quem parece é, cairá por terra e aumentará os processos de frustração dos sujeitos que se permitem passar por esses procedimentos. Desta forma, não há como pensarmos soluções cirúrgicas e biomédicas para uma problemática que é social.

Podemos retomar Quijano (2005) e usarmos o processo colonial categorizante como instrumento de classificação social para entendermos o processo de classificação das identidades dissidentes. Se aqui estamos nos propondo a falar sobre a categorização de corpos dissidentes tomando como base a categoria de homem-masculino e mulher-feminina produzida na Europa, nos questionamos: os sujeitos e sujeitas que se localizam ao redor do globo conseguiriam dar conta das características secundárias, leitura fenotípica, padrões de comportamento e formas de ver o mundo, da mesma forma que os corpos que se produzem e são produzidos dentro da Europa-centro? É possível sustentar



esta informação sabendo que ao redor do mundo os costumes, padrões, características fenotípicas e comportamentos se alteram?

A medicina tanto quanto as ciências da saúde tendem a pensar estas experiências tomando como base “o pressuposto do horror” que pessoas trans aparentemente sofrem, por terem suas características secundárias diferentes do que supostamente desejariam ter, impediria que vivessem no bojo das relações sociais de forma saudável, e portanto, tomam a premissa dos procedimentos cirúrgicos como ponte para a “normalidade”.

Entretanto, não enxergam esse processo de construção de forma interligada às experiências sociais de pessoas trans, sobretudo quando esses processos identitários se constituem dentro de uma sociedade estruturalmente transfóbica, que historicamente vem se propondo a desenvolver as mais sofisticadas tecnologias de desumanização e as propostas de cura clínica para as mesmas. Fica nítido assim, que um rosto adequado cirurgicamente para corresponder às expectativas da cisgeneridade, ou um corpo inteiramente construído numa mesa de cirurgia não afasta nenhuma sujeita ou sujeito da condição de transexual. A transfobia se fará presente em outros formatos e nenhuma de nós está imune. Portanto, a crítica não está para o sujeito que decide se submeter a esses procedimentos, mas sim à forma como os responsáveis por esse serviço vendem a ideia de ponte para uma possível “normalidade”.

Nossas vidas foram patologizadas, por anos - e ainda hoje - fomos colocadas enquanto “doentes de gênero”, pederastas, infames, e as mais horríveis assimilações. A transexualidade já foi até categorizada enquanto patologia no CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde) e só a partir da sua décima primeira versão, o CID-11, passamos a ocupar uma nova categoria, deixando de ser patologias para assim sermos “incongruentes de gênero”. Hoje, muitos afirmam que a transexualidade precisa se manter inserida no CID, o que até entendemos, visto que tem sido por meio da patologização que temos conseguido acessar aos direitos mais básicos como por exemplo o direito à saúde, especialmente porque temos vivido tempos de retirada de direitos, precarização das políticas públicas e crescimento do conservadorismo.

Assim, não deixamos de afirmar que naturalizar a patologização ou assimila-la, a partir de uma visão biomédica, indica a total falta de compromisso com as lutas pelo acesso à saúde nas quais perigosamente nos parece momentaneamente estratégico sermos categorizadas e classificadas como pessoas “adoecidas”. Partir do pressuposto de que,

manter a transexualidade inserida no CID é estratégia para garantir a manutenção da vida e a oferta de cuidados no que tange à saúde, sinaliza a forma como o Estado tem tutelado nossas lutas por direitos no campo das transexualidades e das travestilidades. Ora, se a cisgeneridade não precisa estar inserida neste código, por que o mesmo não se dá para a transexualidade? Porque a cisgeneridade é a norma.

Observamos então uma contradição no “[...] progresso da medicina e os avanços na pesquisa científica” (BRASIL, 2018), referente à “retirada”, que na verdade é mais uma “realocação”, da transexualidade do CID-11 para as condições referentes à saúde sexual, parecendo então dar uma resposta mínima, que não busca tensionar e fazer crítica às estruturas, mas se configurando como uma resposta do Estado (colonial e capitalista) aos movimentos sociais.

Pensarmos nos corpos que experienciam a vida em formatos outros que não sejam moldados a partir das diferenciações biológicas construídas pelo ligamento genitália/sexo/gênero, remetendo ao século XIX quando o sexo passa a “conter a verdade última de nós mesmos” (FOUCAULT, 1985, p. 65), nos aguça para pensarmos sobre sociedades outras onde as experiências de gênero fogem da norma esperada.

Podemos tomar como exemplo as Hijras na Índia, incansavelmente configuradas como terceiro gênero, ou as Muxes no México, fortemente categorizadas como não-binárias, e até mesmo as Travestis no Brasil - e também em alguns países da América Latina - protagonistas de nossa produção. Assim voltamos a Harry Benjamin e questionamos: a globalização da categoria transexual consegue dar conta dessas experiências anteriormente citadas? A tentativa de inserção dessas identidades à categoria transexual sinaliza algo? Se transexual tornou-se a única identidade não-cisgênera globalizada e possível, por que essas anteriormente citadas não adotaram a categorização "transexual"?

Situamos a categoria “transexual” no início do debate para logo em seguida analisarmos como a mesma globalizou-se através da colonialidade capitalista e tendenciou a aderência da terminologia por outras categorias que se construía a partir de uma lógica que rompia com a hegemonia da binariedade cisgênera. Entretanto, existiram grupos que se mostraram resistentes frente à estratégia de dominação colonial de seus corpos e suas compreensões. As travestis são um ótimo exemplo dessa resistência.

Mario Carvalho e Sérgio Carrara (2013) denotam que no ano de 1997, a presença de militantes estrangeiras também influenciava a entrada da categoria “transexual” no

vocabulário do movimento. Indianara Siqueira, ativista idealizadora da Casa Nem e do grupo TransRevolução, fala da vinda de Camille Cabral e o início da disputa entre as identidades “travesti” e “transexual”, na qual surgiu a proposição do termo “transgênero”:

Em 1997 [...], quando justamente o Filadélfia, em conjunto com a Casa de Apoio Brenda Lee, realizou o V ENTLAIDS em São Paulo... O Encontro Nacional de Travestis e Transexuais. E foi a primeira vez que vieram pessoas do exterior. Então veio Camille Cabral do PASTT. Camille Cabral justamente trouxe essa... que, na realidade, **internacionalmente a palavra usada é “transexuais”**. **“Travesti” não é uma palavra muito usada**. Então a gente quis colocar nessa época, **mas por uma questão de cultura...** foi muito discutido que não... que não se identificavam com a palavra. E acabou que, a partir de 1997, começou essa briga entre as duas palavras, travestis e transexuais, entrando aí depois a palavra “transgender” ou “transgêneros” e “transgêneras”, que acabou também não sendo aceita, e ficou a briga só entre “transexuais” e “travestis”, entre as duas palavras, na realidade. [...] **Eu acho estranho porque é apenas uma nomenclatura** (Indianara, entrevista em 27/07/2010) (CARVALHO, MARIO & CARRARA, SÉRGIO, 2013, p,14 apud SIQUEIRA, INDIANARA1997).

Pensando a partir de Patrícia Hill Collins (2016), as imagens de controle tornam evidentes, nesse caso, que transexuais e travestis enquanto grupos estereotipados, embora de diferentes formas, serão desumanizadas e controladas pela função da imagem. Visto que o primeiro grupo, ainda que tenha respaldo clínico, continua tendo sua humanidade tensionada, e o segundo grupo também. É como a analogia de Gwaltney citada no corpo do texto da autora:

Minha mãe costumava dizer que a mulher negra é a mula do homem branco e que a mulher branca é o seu cachorro. Agora, ela disse isso para dizer o seguinte: nós fazemos o trabalho pesado e apanhamos, quer façamos um bom trabalho ou não. Mas a mulher branca está mais próxima do patrão, e ele faz um carinho em sua cabeça e a deixa dormir dentro de casa, mas não vai tratar nenhuma das duas como se estivesse lidando com uma pessoa (COLLINS, PATRICIA HILL, 2016, p. 5, apud GWALTNEY, 1980, p.148).

Coloquemos o patrão como colonizador, a travesti como mula, e a transexual como cachorro. Ainda que a transexual atendesse às exigências da ótica colonial e a travesti não, ambas jamais deixariam de ter sua humanidade tensionada e sua identidade

colocada em posição de invalidade. É preciso nos atentarmos aos falsos senhores e aos seus discursos de controle, pois dentro desse sistema moderno/colonial de gênero nenhuma das duas categorias poderão obter lugar de prestígio, quenda?

Partirmos da Europa como o “centro de construção dos saberes biomédicos referentes à transexualidade” nos permitindo enxergar como essas mesmas concepções permanecem intactas até os dias atuais. Desde a pré-definição de características psicológicas e comportamentais para a validação da identidade de transexual, até a ojeriza aos genitais, a necessidade de uso de hormônios, como também alterações cirúrgicas e necessidade de inserção à uma experiência binária e cisgênera. Concepções essas que hoje em dia não possuem mais tanta força -quicá, nunca tiveram- dentre o movimento de travestis. Afinal, não poderíamos nos deixar tomar pelos ideais daqueles que nos cortaram as asas impedindo voos mais altos.

## **INCONCLUSÕES FINAIS**

Quando situamos essas dicotomias feitas entre o que é europeu/não-europeu, humano/não-humano, o que deve ser legitimado e o que deve ser desconsiderado, já debatidas anteriormente, é que podemos observar como essas questões se repercutem na travestilidade focalizada no Brasil.

Luciene Jimenez e Rubens Adorno (2009) a partir dessas questões conseguem fazer um ligamento da travestilidade e de uma ancestralidade africana, nos fazendo observar como esses corpos são colocados no espaço de colonizados, portanto, dominados, não-humanos e primitivos, criando-se então uma naturalização e justificativa das violências, criando-se também estigmas históricos contra a travestilidade, onde suas questões, posicionamentos e seus tensionamentos são tido como primitivos, ultrapassados e que não se contemplam na modernidade, onde esses corpos devem se encaixar na estrutura moderna científica para ter o mínimo de reconhecimento socialmente. Portanto, ao localizarmos essas sujeitas na América Latina, sobretudo no Brasil, como temos evidenciado no decorrer desta produção, a posição de sudaca, fomenta a partir da lógica colonial o domínio e a opressão.

Todavia, nos atentemos às teias desenvolvidas pela colonialidade que envolvem as mais sofisticadas tecnologias de desumanização na qual travestis se encontram imersas. Revelando a violência genocida e epistemicida acometida contra a nossa população. O Brasil segue sendo o país com o maior número de assassinatos da população trans e

travestis, e fomenta a institucionalização da travestifobia, para assim banalizar nossas vidas e naturalizar nossas mortes.

Como estávamos na periferia do círculo do debate norte-americano, a informação chegou mais tarde e foi interpretada das mais singulares maneiras. Como descreve Sutherland: “alguns correram a inscrever suas práticas dentro da catedral queer como santificando-se na última neo-vanguarda das políticas sexuais radicais, outros tentaram traduzir os termos desde as mais variadas opções léxicas: tortas, obliquas, pós-identitárias, raras, invertidas, todas elas com um malabarismo linguístico próprio que tentou dar conta de um mal-estar normativo, de uma revelação teórica, de uma fuga prometeica da identidade (...) que entram no cenário político a dar voz a um lugar negado e estigmatizado. (Hija de Perra, 2015. p.6).

Contudo, não devemos nos esquecer dos processos de resistência feitos pelas travestis, não as deixando somente nesse lugar de fragilidade e subalternidade, visto que as travestilidades não se constituem atreladas a essas questões. Trazendo a perspectiva de Lugones (2014), podemos analisar como a própria resistência não é um fim da luta política, mas sim o seu começo, é a partir dela que temos a potencialidade de luta. A resistência então para a autora é o reconhecimento de que a sujeitificação ao colonial (a formação/informação do sujeito), convive com a sua subjetividade ativa, afirmando que somos o que o sistema moderno colonial de gênero nos faz ser, mas ao mesmo tempo não o somos-o “ser-sendo” - o que nos indica que numa sociedade onde as opressões e explorações são estruturais, para muitas pessoas existir já significa resistir.

A autora continua dizendo que a potencialidade da <sup>3</sup>infrapolítica, que nos mostra a resistência que as comunidades oprimidas têm entre si, em rumo da sua libertação e nos tensionamentos com as formas de opressão, trilhamos caminhos necessários para que possamos sermos além do pressuposto para os sujeitos normalizados da modernidade. Assim podemos existir de um modo diferente do hegemônico posto, possibilitando então uma lente diferenciada e crítica da realidade construída por nós, significando em nossas mãos mais uma arma contra as perspectivas coloniais, e sendo essa, uma vitória infrapolítica. **Ou seja, reconhecer-se e existir como travesti é também uma vitória infrapolítica.**

---

<sup>3</sup> Infrapolítica é uma política de resistência, encontrada em Lugones, que se posiciona rumo à libertação. Ela mostra o potencial que tem as comunidades oprimidas em construir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder. Que mesmo sendo marcados pela colonização e a racialização, nos tornamos diferentes daquilo que o hegemônico tenta nos transformar.

Colocamos então nessa pesquisa, a perspectiva de respeito às subjetividades e de como elas têm potencialidades de interferência nos processos de resistência aos sistemas de opressão, enxergando que as travestilidades e os seus processos históricos de lutas e conquistas realizadas só puderam ser realizadas por não se situar dentro do padrão hegemônico imposto, o que nos possibilita fazer uma análise, a partir de suas singularidades, dos problemas sociais e estruturais emaranhados em sociedade desde o ponto de vista travesti.

Logo, pensar a história do movimento organizado de travestis no Brasil nos permite tecer uma longa análise e nos deliciarmos com grandes vitórias. As movimentações que surgem no final da década de 1970 ilustra como, quando articuladas, as travestis brasileiras conseguem construir narrativas outras que não estejam associadas apenas aos discursos de vulnerabilidade e marginalização. O movimento organizado de travestis no Brasil consegue nos trazer fontes para que hoje em dia pensemos nos novos projetos de mundo, e a partir disso nos movimentemos para esses outros horizontes.

Desta forma, entendemos que a colonialidade ao longo dos anos assinou um compromisso com a desqualificação e subalternização das travestilidades, todavia, insurgentes por não obedecerem o “CIS-tema” e dissidentes pela negação de assimilação a normativa cisgênero, cafona e ultrapassada, que insiste em continuar categorizando corpos e determinando formatos de experienciar a vida, as travestis permitiram através da desobediência um processo de libertação anti-colonial onde afastar-se do que é hegemonicamente posto, permite liberdade e autonomia identitária.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

BENTO, B. A. de M. **O Que é a Transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008. BRASIL.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **OMS retira transexualidade da lista de doenças e distúrbios mentais**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/junho/organizacao-mundial-da-saude-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-e-disturbios-mentais>. Acesso em 09 nov. 2021.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans? contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, Ago. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-64872013000200015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872013000200015&lng=en&nrm=iso). Acesso em 09 nov. 2021.

CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (orgs). **El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Soc. estado**. Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, Abr. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922016000100099&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100099&lng=en&nrm=iso). Acesso em 09 abr. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin: o diário de um hemafrodita**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

FREITAS, Débora. “O Brasil é uma história de sucesso colonial”, lamenta Grada Kilomba. **CNN Brasil**, São Paulo, 06 jun. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/06/06/o-brasil-e-uma-historia-de-sucesso-colonial-lamenta-grad-kilomba>. Acesso em 15 nov. 2021.

JIMENEZ, Luciene; ADORNO, Rubens C. F. O sexo sem lei, o poder sem rei: sexualidade, gênero e identidade no cotidiano travesti. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 33, p. 343-367, Dez. 2009. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332009000200013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332009000200013&lng=pt&nrm=iso). acesso em 09 nov. 2021

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Rev. Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, Dez. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2014000300013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300013&lng=en&nrm=iso). Acesso em 09 nov. 2021.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: [http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia\\_epistemica\\_mignolo.pdf](http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf). Acesso em: 20 nov. 2021.

PERRA, Hija de. Interpretações imundas de como a Teoria Queercoloniza nosso contexto sudaca1, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 291-298, 00 nov. 2015. Anual. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/12896>. Acesso em: 26 nov. 2021.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. En libro :A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. p.227-278.